

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37209	49466/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 38051/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Autorização de utilização

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de arquivamento – AL registado no Turismo de Portugal com o número 169419/AL

Local: Rua das Portas, n.º 90, 6F, UF Maximinos, Sé e Cidade

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/33532 de 14 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Tendo em atenção a denuncia apresentada, propõe-se superiormente a notificação da denunciante nos seguintes termos:

“(…) serve o presente para informar que:

- O estabelecimento de alojamento local em causa, encontra-se registado no Turismo de Portugal com o número 169419/AL, pelo que, nos termos do disposto no n.º 1 do Artigo 95.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), é intenção deste Município arquivar o presente processo.

Assim, nos termos dos artigos 121º e 122º do diploma acima referido (CPA), dispõe do prazo de dez (10) dias úteis para se pronunciar, querendo, sendo que, decorrido tal prazo sem que haja resposta, o presente projeto de decisão converter-se-á em definitivo, arquivando-se o processo de seguida.

- Mais se informa V. Exa de que, no caso de a atividade de alojamento local ser exercida numa fração autónoma de edifício, ou parte de prédio suscetível de utilização independente, a assembleia de condóminos pode opor-se ao exercício da atividade de



alojamento local na referida fração, através de deliberação fundamentada aprovada por mais de metade da permissão do edifício, com fundamento na prática reiterada e comprovada de atos que perturbem a normal utilização do prédio, bem como de atos que causem incómodo e afetem o descanso dos condóminos, solicitando, para o efeito, uma decisão do presidente da câmara municipal territorialmente competente (n.º 2, do artigo 9.º, do DL n.º 128/2014, de 29 de agosto).

- Por último, e nos termos do n.º 1, do artigo 21.º, do referido diploma, compete à ASAE e à câmara municipal territorialmente competente fiscalizar o cumprimento do disposto no presente decreto-lei, cabendo à **ASAE**, no âmbito da missão e atribuições que lhe estão atribuídas pelo Decreto-Lei n.º 194/2012, de 23 de agosto, controlar e zelar pelo cumprimento da atividade do alojamento local regulada no referido decreto-lei e à câmara municipal territorialmente competente, designadamente através da polícia municipal, exercer os poderes de autoridade e os meios coercivos que estejam ou venham a ser fixados em regulamento municipal, podendo qualquer uma delas, conjunta ou separadamente, abrir e instruir os respetivos processos, aplicar as respetivas coimas e sanções acessórias.”

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

